

## **HISTÓRIA ORAL COMO EXERCÍCIO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DA HISTÓRIA**

JULIENE TARDELI<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo discutir alternativas ao discurso de História moderno ocidental e aponta a história oral como exercício para a descentralização de narrativas. O artigo é dividido em três partes. A primeira explicita a dicotomia entre oralidade e escrita e mostra que esta percute na separação entre científico e não científico. A segunda parte aborda o surgimento de perspectivas alternativas à concepção eurocêntrica de conhecimento histórico. Por último, é abordada a relação entre história oral e memória, evidenciando esta metodologia como possibilidade para a produção de narrativas históricas alternativas.

**Palavras-Chave:** História, descentralização, história oral.

### **1. Entre escrita e oralidade: a formação do pensamento moderno ocidental**

Quando a História surgiu como disciplina no século XIX, esteve atrelada à solidificação das nações europeias. Permeada pelo crescimento da burocracia estatal, apenas as fontes de teor escrito eram consideradas válidas para a ciência histórica. Os documentos escritos eram priorizados para o trabalho historiográfico, por serem vistos como imparciais.

Em termos de registros oficiais, a crônica dos reis e dos senhores poderosos ganhou dimensão e vigor como atestado de uma História exaltativa e linearidade feita para atestar o poder. Escrita e cronologia passaram a se unir garantindo uma lógica de poder baseada na sucessão de fatos. Assim, o caráter da História oficializadora passou a se apoiar nesses relatos de nexos causais. (HOLANDA, MEIHY, 2013, p. 99).

Fernando Catroga (2001) afirma que a história oficial dos XIX e XX é caracterizada por ideais de continuidade e progresso, pois é entendida através do devir histórico e das relações de causa e efeito. A valorização da ciência e a racionalidade da história contribuíram

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura pela PUC-Rio.

para o crescimento da visão polarizada entre oralidade e escrita, científico e não científico. De acordo com Holanda e Meihy:

A oralidade, ainda que comum a todos os circuitos sociais, ficou relegada, cada vez mais, à informalidade e, resultante disso, sua consideração enquanto motivo de análise “científica” ficou menor. O sentido subversivo da palavra oral, dada sua fluidez avançava como contraponto ao estabelecido pela oficialidade da letra escrita. (HOLANDA, MEIHY, 2013, p.100).

Segundo os autores, desde que a dinâmica de valorização da escrita é iniciada, com o saber copista e a criação da imprensa respectivamente ao longo da Idade Média e Moderna, existe a separação entre os dois códigos: oral e escrito. Essa dicotomia causou o prestígio da escrita em detrimento da oralidade. A imposição do código escrito como língua oficial foi uma das formas de dominação do poder colonial no início da Época Moderna.

A escrita é posta como estatuto de oficialidade, em detrimento da oralidade, que passa a remeter pejorativamente ao popular e informal. “A linguagem ganhava sentido protocolar que distinguia das proximidades do oral. O poder hierarquizou o significado da expressão oral que passava a ter sentido menor em relação à escrita” (HOLANDA, MEIHY, 2013, p. 98).

Para Boaventura de Sousa Santos, a dicotomia entre escrita e oralidade é um dos fatores marcantes do pensamento moderno ocidental. O autor afirma que este pensamento tem um caráter abissal, que consiste na separação entre “este lado” e “o outro lado” (SANTOS, 2009). “Este lado” é caracterizado pelo pensamento colonizador, pela ideia de uma História única, de valor científico. O “outro lado” consiste na inexistência do “este lado”. Santos argumenta que ao longo da história a ideia de que as sociedades metropolitanas detêm o monopólio da ciência e podem distinguir entre verdadeiro e falso foi legitimada.

As epistemologias criadas no “outro lado” são tidas pelas sociedades “deste lado” como nulas, pois por ser abissal, o pensamento moderno ocidental considera os modelos de conhecimento estabelecidos por “este lado” como os únicos válidos. De acordo com Santos, a epistemologia ocidental se constituiu mediante a necessidade da divisão entre o colonial e o colonizado. Segundo o autor, a partir de então, fica definido de forma unilateral (por “este lado”) os saberes, as experiências e os atores sociais.

O livro *Epistemologias do Sul*, organizado por Souza Santos, tem como temática a reflexão sobre a dominação do pensamento moderno no campo da produção de conhecimento. Desenvolvido a partir das colonizações ocorridas durante a Idade Moderna, este pensamento

calcado nas ideologias colonialistas influencia a produção de conhecimento sobre o mundo, a História e as culturas até os dias de hoje. O livro traz a ideia de que as sociedades que sofreram com o processo de colonização e atualmente sofrem com os imperativos do capitalismo podem ser consideradas sociedades do Sul.

Este Sul não é, no entanto, um Sul geográfico; ele se remete ao “outro lado”, ou seja, às sociedades que produzem epistemologias diferentes das normas geradas pelo pensamento moderno ocidental.

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (MENESES; SANTOS, 2009, p.7)

A proposta do livro em questão é ultrapassar a crítica ao pensamento ocidental e apontar propostas alternativas de epistemologia, uma Epistemologia do Sul. Os capítulos que compõem o livro denunciam a ideia de que o pensamento moderno é visto como universal, pois esta descredibiliza outros saberes e formas de ver o mundo. De acordo com Santos, é necessário um esforço de descentramento, através de um “contra movimento subalterno” (SANTOS, 2009, p. 41).

Vale ressaltar que os escritos do livro têm o propósito de incentivar o conhecimento e dar visibilidade de formas alternativas de se pensar História, sem, no entanto, desconsiderar as contribuições das ciências modernas ocidentais. Assim, o autor propõe o pensamento pós-abissal como um pensamento ecológico e descentrado. Segundo Santos, o pensamento pós-abissal pode ser concebido mediante à conscientização da existência das linhas abissais que separam Norte e Sul. É pensar a partir do outro lado da linha: validar conhecimentos além do conhecimento científico ocidental.

Natalie Zemon Davis (2011) enfatiza a importância de os historiadores ampliarem suas perspectivas de trabalho, distanciando-se do consolidado modelo histórico eurocêntrico. De acordo com Davis, para fazer uma história descentrada, o historiador não pode contar a história do passado só do ponto de vista de uma única parte do mundo ou de elites poderosas, mas precisa alargar social e geograficamente seu ponto de análise.

Através da compreensão de que a historiografia funciona como produtora e legitimadora de discursos, o presente artigo tem como escopo pensar maneiras alternativas de produção de narrativas históricas. Entende-se que a História tem poder de fornecer

“credibilidade cientificista a novos mitos de (re) fundação de grupos e da própria nação” (CATROGA, 2001, p.50), assim como possibilita a construção e solidificação de identidades, através da sua relação íntima com a memória. Neste sentido, pensa-se na produção de uma historiografia que se ponha além das narrativas ocidentais e gere o (re) conhecimento do que Santos (2009) conceituou como “outro lado da linha”.

## **2. Alternativas da História: surgimento de perspectivas descentralizadoras**

Segundo Davis (2011), a concepção de uma história descentrada teve como antecedente histórico a conjuntura do pós Segunda Guerra Mundial. Davis aponta que neste período ocorreu a primeira onda de historiadores dispostos a escrever uma história social em que se privilegiasse a atuação de pessoas comuns, como camponeses, artesãos, comerciantes, proletários, ou, o *menu peuple*, como eram chamados na França. Este movimento reflete uma nova abordagem dos historiadores acerca da agência, do que poderia ser posto em termos marxistas, como classe dos oprimidos ou classes subalternas.

Pode-se dizer que, apesar de suscitar questões importantes para a ciência histórica, como a crítica ao objetivismo pretendido pelo historicismo, a História pensada a partir dos *Annales* perpetuou, no entanto, a centralidade das fontes escritas. Mediante a valorização de uma visão diacrônica, A Nova História utilizava de grandes séries documentais para a compreensão do movimento das ideias no tempo.

Como um processo de alargamento destas reflexões sobre os discursos históricos, teve início na década de 1960 uma segunda onda social que surgiu perante uma conjuntura histórica de profundas mudanças sociais durante o fim do século XX e início do XXI. A necessidade de discussão sobre a história sob um foco descentrado colocou-se como imperativa, especialmente, pela ocorrência da descolonização do continente africano na segunda metade do século XX.

As críticas à historiografia apontavam para a necessidade de produção de narrativas não europeias, que rompessem com a ideia de uma única modernidade, Dipesh Chakrabarty em seu livro *Provincializing Europe* questiona aos historiadores pela manutenção de um padrão de História europeu. Segundo ele, este modelo exclusivo de história tem como base a ideia de que outras partes do mundo “ainda não existiam” (CHAKRABARTY apud DAVIS, 2011, p.191), sendo possível apenas um caminho para o presente.

Outros fatores, como o fim da Guerra Fria e a propagação do capitalismo multinacional promoveram a emergência da reflexão sobre a relação entre História e a reconfiguração da paisagem política e cultural em âmbito internacional. Nos anos 1980, as teorias elaboradas pelos historiadores acerca destas recentes transformações puderam ser colocadas no cenário historiográfico de maneira contundente.

Mediante este cenário, surge a perspectiva da “História Global”. Essa corrente historiográfica tem por escopo romper com as grandes unidades do tempo de uma história de concepção eurocêntrica, centrada em determinados momentos políticos, atividades econômicas e representações culturais. Ela se estabelece a partir da necessidade de uma nova forma de narrativa histórica a partir da compreensão sobre as mudanças sociais ocorridas com o fim da Guerra Fria em 1989.

A concepção de uma História Global se desenvolve a partir da ideia de transposição de fronteiras, ou seja, uma História pensada mediante à existência de conexões. Tem como objetivo romper com o modelo Estado-Nação e estuda fenômenos transnacionais e cruzamentos culturais. Além de um enfoque direcionado para grupos que tiveram suas vozes apagadas por uma concepção eurocêntrica da historiografia, a concepção de uma História Global corroborara a uma mudança na escala de análise geográfica.

Neste contexto, evidencia-se o papel dos estudos pós-coloniais, que segundo Davis (2011) viraram a história do imperialismo de cabeça para baixo, reformulando as narrativas sobre o período. A autora afirma que já não era mais suficiente descrever o processo de expansão territorial europeu, os governantes ou militares envolvidos na colonização.

Em decorrência do surgimento dos estudos pós-coloniais foram produzidos trabalhos acadêmicos que tinham como objetivo de divulgação e valorização de memórias silenciadas realizados pela colonização. Com este fim, foram realizados estudos arqueológicos e entrevistas com os “guardiões da memória” africanos (DAVIS 2011, p. 190) para se pensar a propósito das narrativas sobre lendas e marcos históricos referenciais para os diversos grupos colonizados.

Segundo Andreas Huyssen (2014) é necessário pensar em geografias alternativas que ultrapassem conceitos fechados de modernismo e modernidade. O autor explica que mesmo após a globalização e o pós-modernismo, esses conceitos continuaram centrados na concepção ocidental. Sendo assim, faz-se imprescindível a formulação de pensamentos

alternativos, dados a partir de países que estão fora da Europa. Ao analisar os escritos de Huyssen, Graziela Forte afirma que:

Em outros termos, não é possível pensar em cultura puramente global separada das tradições locais [...] [Huyssen] propõe uma revisão das teorias consagradas, indo além dos velhos clichês: centro e periferia, global e local, colonial e pós-colonial, moderno e pós-moderno, ocidental e oriental, porque tais contrapontos pressupõem distinções entre as relações e determinam dois lados contrários, sendo um deles superior e o outro inferior, o que atenua a importância das relações hierárquicas de valor presentes em todas as práticas culturais. (FORTE, 2015).

Boaventura de Sousa Santos corrobora a ideia que não existe linearidade no tempo histórico e propõe o conceito de copresença como alternativa à teleologia presente no discurso histórico ocidental.

A primeira condição para um pensamento pós-abissal é a copresença radical [...]. Só assim será possível ir além de Hegel (1970), para quem ser membro da humanidade histórica – isto é, deste lado da linha – significava ser um grego e não um bárbaro no século V a.c., um cidadão romano e não um grego nos primeiros séculos da nossa era, um cristão e não um judeu na Idade Média, um europeu e não um selvagem no Novo Mundo no século XVI, e, no século XIX, um europeu (incluindo os europeus deslocados na América do Norte) e não um asiático, parado na história, ou um africano que nem sequer faz parte dela. (SANTOS, 2009: 54).

### **3. História Oral e Memória: Um exercício para democratização das narrativas históricas**

*Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento. (Pollak, 1989).*

Segundo Holanda e Meihy (2013), a História oral foi formulada como metodologia após a Segunda Guerra Mundial, em Nova York. Seu momento fundador esteve atrelado à repercussão pública de histórias de vida e foi possibilitado desenvolvimento do rádio e gravadores. A opinião pública acerca do registro de novas experiências fez com que a História oral fosse concebida como uma maneira de gerar democracia.

Tal fato incentivou as reflexões no meio historiográfico sobre a produção de histórias plurais, que tivesse um foco além das personalidades de destaque, como heróis ou figuras políticas. “Aos poucos, os grupos menos favorecidos começaram a integrar a ordem de prioridades dos pesquisadores, e hoje há quem defenda a história oral como responsável por esse tipo de registro” (HOLANDA; MEIHY, 2013, p. 104).

Para Huyssen (2014), fazer História oral possibilita criar narrativas alternativas à história oficial, galgada em documentos escritos. As fontes orais geralmente são produzidas a partir de entrevistas com classes não hegemônicas, sendo ligadas às narrativas populares. De acordo com Holanda e Meihy:

A descaracterização da “grande história”, dos sistemas externos e determinantes do microcosmos, contrastou os critérios de leitura do mundo. A valorização do indivíduo e o seu reenquadramento em contextos capazes de distingui-los significaram outra forma de viver socialmente. Um impacto imediato disso foi notado na melhoria da autoestima de comunidades que passaram a se ver também como parte da História. (HOLANDA, MEIHY, 2013, p.105)

Michael Pollak (1989) afirma que a história oral tende a privilegiar a abordagem de grupos marginalizados e minorias. Para o autor, esta metodologia traz à tona memórias subterrâneas. O conceito de memórias subterrâneas é utilizado por Pollak para referenciar memórias silenciadas por um discurso hegemônico. Assim, o autor afirma que o silêncio nem sempre representa esquecimento; os atores históricos que têm suas memórias silenciadas esperam o momento em que elas possam emergir. Ao dar voz à essas memórias, o trabalho com história oral descentra o discurso histórico, criando um paralelo à memória oficial.

A intrínseca relação entre história oral e memória, por vezes criticada na academia é pensada como profícua para a descentralização de discursos históricos. Fernando Catroga (2001) indica a memória como fator de construção de identidades sociais. Conceituada como o processo de seleção, a memória opera na separação entre aquilo que deve ser lembrado ou esquecido.

O autor estabelece uma analogia entre comemoração e memória. Para Catroga, comemorar é destacar fatos específicos que devem ser preservados. A comemoração possui uma dimensão política, na qual o historiador deve debruçar-se para problematizar a produção

de discursos consensuais sobre a História. Neste sentido, é preciso se perguntar quais são as versões do passado que se perpetuam e o que é que ficou esquecido nesses passados. Catroga afirma que o processo de autonomização da historiografia como saber científico a partir do século XIX provocou a dissolução de diversas formas de sociabilidades tradicionais mediante a exigência de uma memória homogênea e hegemônica.

Apostadas, por isso, em aculturar e unificar as memórias regionais e diversificada, em ordem a contrabalançar-se o atomismo e fragmentação decorrentes das novas relações sociais. Este trabalho simbólico ganhou mais relevância quando, na Europa, as transformações arrastaram a necessidade de se “reinventar” o passado, tendência que se alargou no século XIX (Alemanha, França e, gradualmente todos os outros países). (CATROGA 2001, p. 56).

O pensamento sobre o papel da historiografia suscitado a partir deste momento de estabelecimento da História como ciência perpetou-se em forma de memória social, gerando um ideal específico de História.

A historiografia, com suas escolhas, valorizações e esquecimentos, também gera a fabricação de memórias, pois contribui, através de seu cariz narrativo e da sua cumplicidade, directa ou indirecta, com o sistema educativo, para o apagamento ou secundarização de memórias anteriores, bem como para a refundação, socialização e interiorização de novas memórias. (CATROGA 2001, p. 57).

Levando em conta o poder que as narrativas históricas possuem, se entende que, a utilização da metodologia da história oral promove o caminho contrário à legitimação de discursos hegemônicos. Ela pode ser vista como “contra-história” corroborando a ideia de “história vista de baixo”. “Assim, a história oral ganha destaque entre as possibilidades de se pensar registros e estudos de grupos silenciados de diversas maneiras e dos excluídos dos mecanismos de registros da História e demais disciplinas”. (HOLANDA; MEIHY, 2013, p. 107).

Tendo em vista que a assertiva de Pollak que a memória é um campo de disputa, acredita-se que dar voz à memórias silenciadas seja uma forma de equilibrar o poder de representatividade nas sociedades. Visto que existe uma tradição de dominação do código

escrito (visto como o formal) sobre o oral, a história oral cria visibilidade para grupos ou indivíduos que se encontram marginalizados.

De acordo com Pollak, não deve existir superioridade na relação entre as duas formas narrativas. O autor atenta para o fato de que o método da história oral é por vezes criticado por estar ligado à produção de uma história do tempo presente. Pollak critica alguns historiadores pelo fato de creditarem ao distanciamento temporal à legitimidade da escrita historiográfica. Para ele, estes historiadores depreciam o trabalho da história oral por não conseguirem se reciclar quanto à essa metodologia:

A história oral permite fazer uma história do tempo presente, e essa história é muito contestada. Há vários tipos de hostilidades. Por exemplo, há uma oposição entre fontes clássicas, legítimas, e fontes que estão adquirindo nova legitimidade. Na França há também a "dignidade" do período. A história medieval, por exemplo, é o máximo, é o que existe de mais fino. É claro que quando você está acostumado a trabalhar com a Idade Média, vai ser difícil se reciclar em entrevistas. (POLLAK, 1992, p. 212).

Alessandro Portelli afirma que as fontes orais são aceitáveis com uma credibilidade diferente. Apesar de existirem críticas ao caráter "falso" das fontes orais, o autor afirma que esta é a maior riqueza desta metodologia. A história oral não diz apenas sobre o que a pessoa fez ou a verdade de acontecimentos passados, mas busca a construção de significados. Neste sentido, o interesse da história oral não está em reconstruir o passado, e sim em entender como os acontecimentos são apropriados.

Fontes orais não devem ser vistas como prova factual, mas como possibilidade de narrativas a partir de diferentes pontos de vista. Para Portelli, tirar a subjetividade da realidade é falseá-la. A qualidade da história oral está em lidar com a subjetividade socialmente compartilhada.

Portanto, a palavra chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. (PORTELLI, 1996, p. 7-8)

A produção de fontes a partir de entrevistas rompe ainda com a ideia da existência de uma cronologia baseada em fatos históricos oficiais. Põe-se em pauta a cronologia da

experiência, marcada pelas relações subjetivas e privadas dos sujeitos participantes da pesquisa em história oral. Assim, se entende que a maneira diferenciada em que as pessoas experienciam o tempo contribui para a definição de suas identidades. Dito isso, pode-se dizer que a história oral proporciona o entendimento de como a memória se desloca mediante a relação entre experiência e tempo além de se associar à ideia de múltiplas modernidades.

Segundo Portelli, o que torna a história oral interessante é seu caráter infundável e parcial. O autor explica, que ao contrário de uma concepção de História como verdade absoluta, a história oral se constrói através da relação entre entrevistador e entrevistado. Dessa maneira,

A história oral não tem sujeito unificado, é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. [...] A confrontação de suas diferentes parcialidades [entrevistador e entrevistado]- confrontação como “conflito” e confrontação como “busca pela unidade” – é uma das coisas que faz a história oral interessante. (PORTELLI 1997, p. 39).

A proposta do uso da história oral como fonte de descentralização está baseada na ideia de que esta metodologia torna visível que a sociedade não pode ser compreendida através de uma concepção de História de sentido único. Afinal,

Esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um *patchwork*, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos. (PORTELLI, 1996:9).

#### 4. Considerações Finais

Este texto se baseia na noção de que é necessária a produção de narrativas históricas descentralizadas. Neste sentido, aborda o surgimento de perspectivas historiográficas e epistemológicas que possibilitam a visibilidade de memórias silenciadas através de processos de colonização do pensamento (SANTOS, 2009).

Ressalta que a descentralização da História é pensada mediante à transformações sociais e políticas em nível global. A emergência de novas perspectivas e metodologias para a

História é entendida a partir da percepção de que a disciplina histórica tem o poder de produzir e legitimar pensamentos.

O presente artigo considera a importância do deslocamento de olhar do historiador como maneira de possibilitar a equidade de representações sobre o passado. Desta maneira, enfatiza a relevância de produção de narrativas que ultrapassem linhas geográficas e simbólicas estabelecidas por uma concepção eurocêntrica de mundo.

A relação entre história oral e memória revela as articulações realizadas sobre o passado e a construção de sentidos e identidades através do tempo. Neste ponto, vale ressaltar que a memória não é concebida como mera repositária de fatos históricos; indivíduos e sociedades se estabelecem de maneiras diferentes no tempo e esta diversidade se dá mediante ao modo como estes lidam com as memórias individuais e coletivas.

A história oral é colocada como metodologia que objetiva a democratização de versões históricas e o emergir de memórias subterrâneas, pois abarca o trabalho com grupos despossuídos de visibilidade, como trabalhadores, indígenas, mulheres e marginalizados sociais em geral. Neste sentido, vale salientar o caráter descentralizador da história oral no tocante a pesquisa sobre conhecimentos “não científicos”. O trabalho com história oral possibilita o contato com outras epistemologias, como a transmissão de conhecimentos e tradições a partir da oralidade.

## **Bibliografia**

AMADO, Janaína. Nós e o espelho. In: ALBERTI, Verena; FERNANES, Tania Maria; \_\_\_\_\_; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. Decentring History: Local Stories and Cultural Crossing in a Global World. In: *History and Theory*. Middletown: May, 2011, Issue 50. ISSN: 0018-2656.

FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BURKE, Peter. *A escrita da História: Novas Perspectivas – Abertura: Nova História, seu passado e seu futuro*. São Paulo: UNESP (FEU), 1993.

FORTE, Graziela Naclério. Andreas Huyssen: Culturas do passado-presente, modernismos, artes visuais, políticas da memória. In: *Caiana*. Rio de Janeiro: UNESP, segundo semestre 2015: 189– 190.

- HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 25 - 52.
- HOLANDA, Fabíola; MEIHY, João Sebe Bon. *História Oral: Como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto / MAM, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.
- LEYDESDORFF, Selma. Desafios do Transculturalismo. In: ALBERTI, Verena; FERNANES, Tania Maria; FERREIA, Marieta de Moraes (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Assafarge: Coimbra, 2009.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.2, n.3, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10. 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro: UFF, v.1, n.2, 1996, p.59-72.
- \_\_\_\_\_. O Que Faz A História Oral Diferente. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História*, n.º 14, São Paulo, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Assafarge: Coimbra, 2009.